

NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS: SUBJETIVIDADES NA EDUCAÇÃO E NA LITERATURA BRASILEIRA

KARLA ALMEIDA CARDOSO¹

karlacardoso1702@gmail.com

RESUMO

Este artigo investiga como o apagamento das vozes femininas na história literária brasileira impacta a constituição das subjetividades escolares na contemporaneidade. A partir das contribuições teóricas de Pierre Bourdieu, Simone de Beauvoir, Antonio Candido, Alcmenio Bastos, Joan Scott e Michel Foucault, discute-se o silenciamento simbólico de autoras como Maria Firmina dos Reis, Nísia Floresta e Narcisa Amália. A pesquisa evidencia que o campo educacional permanece preso a uma tradição patriarcal que compromete a diversidade epistêmica. Propõe-se, assim, uma pedagogia da escuta e da memória como caminho para a construção de subjetividades mais críticas e plurais.

Palavras-chave: subjetividade; literatura; educação; mulheres; silenciamento simbólico.

NARRATIVES AND EXPERIENCES: SUBJECTIVITIES IN EDUCATION AND BRAZILIAN LITERATURE

ABSTRACT

This article critically examines how hegemonic literary and historical narratives have contributed to the silencing of Brazilian women authors from the 19th century and how this exclusion affects the construction of subjectivities in contemporary education. Drawing on the theories of Pierre Bourdieu, Simone de Beauvoir, Antonio Candido, Alcmenio Bastos, Joan Scott, and Michel Foucault, the study reveals the symbolic disputes that determine what is remembered and what is forgotten in collective memory. By analyzing the mechanisms of symbolic violence and the patriarchal logic that shapes the literary canon, the article argues for the urgent inclusion of marginalized female voices in educational curricula. It proposes a pedagogy of listening and memory as a strategy for building more critical, inclusive, and democratic subjectivities.

Keywords: subjectivity; literature; symbolic violence; education; collective memory.

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Letras (Português, Inglês e Literaturas) e em Pedagogia. Possui especialização em Psicopedagogia pela Universidade Cândido Mendes (UCAM), especialização em Letras: Português e Literatura, e em Gestão Escolar Integradora. É Mestre em Educação, com ênfase na área de Humanidades. É Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes (PPGHCA AFYA UNIGRANRIO). Atua como professora de Língua Portuguesa na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), na Faculdade Maria Thereza (FAMATH) e em cursos preparatórios para concursos públicos. É autora de materiais didáticos para o Ensino Fundamental, elaborados para a rede Miguel Couto de Ensino. Possui experiência em Educação a Distância (EaD), com atuação em cursos ministrados em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Sua atuação profissional contempla a formação docente, o desenvolvimento de práticas pedagógicas interdisciplinares e o fortalecimento da educação básica e superior.

Introdução

A formação da subjetividade no contexto educacional contemporâneo é atravessada por múltiplas camadas históricas e simbólicas, muitas vezes invisibilizadas pelos discursos oficiais que definem o que é legítimo ensinar, recordar e valorizar. Entre essas camadas silenciadas, destacam-se as contribuições de mulheres intelectuais do século XIX, cujas produções, embora marcadas por inegável protagonismo político e literário, foram sistematicamente marginalizadas tanto pela historiografia literária quanto pelos sistemas educacionais brasileiros.

Esse processo de exclusão, longe de ser resultado de omissão ocasional, expressa mecanismos profundos de dominação simbólica que operam sobre o campo cultural. Como observa Bourdieu:

a violência simbólica é uma forma suave, invisível de coerção, insusceptível de ser percebida como tal, que se exerce essencialmente através dos caminhos puramente simbólicos da comunicação e do conhecimento”. (2003, p. 41)

Assim, aquilo que se naturaliza como “ausência” ou “irrelevância” na história da literatura e da educação, na verdade, revela relações de poder que legitimam alguns discursos e interditam outros.

Este artigo propõe, portanto, uma reflexão crítica sobre o silenciamento histórico dessas vozes femininas e os impactos que esse apagamento produz na constituição das subjetividades escolares e sociais. Nessa perspectiva, articulam-se as ideias de Alcmeno Bastos, Antonio Candido, Simone de Beauvoir, Pierre Bourdieu e Joan Scott, cujas obras oferecem fundamentos teóricos potentes para desvelar os dispositivos que produzem e sustentam as hierarquias de gênero no campo literário e pedagógico.

Do ponto de vista epistemológico, a discussão apoia-se em quatro eixos principais. Primeiro, a teoria da violência simbólica de Pierre Bourdieu (2003), que fornece as bases para compreender como as relações de poder se reproduzem de forma invisível, naturalizando a exclusão das mulheres como produtoras de saber. Em segundo lugar, a concepção de literatura como um direito universal e instrumento de humanização, defendida por Antonio Candido (2011), que assevera: “*a literatura humaniza na medida em que cria para o ser humano uma zona de liberdade interior e lhe amplia a vida*” (p. 173). A omissão das produções literárias femininas, portanto, compromete o exercício desse direito fundamental.

Em terceiro lugar, a crítica de Simone de Beauvoir (1970) à construção social da identidade feminina, expressa na célebre formulação “*não se nasce mulher: torna-se*” (p. 9), ilumina o modo como as subjetividades femininas são historicamente fabricadas em contextos de desigualdade. Por fim, a análise de Alcmeno Bastos (2007) sobre a seletividade da memória histórica e literária evidencia que a lembrança e o esquecimento não se constituem como processos neutros, mas como resultado de disputas simbólicas que delimitam aquilo que se reconhece como parte legítima do patrimônio cultural.

Nesse sentido, como salienta Joan Scott :

a história das mulheres não consiste apenas em inserir personagens femininos esquecidos, mas em questionar as categorias com que narramos o passado. (1992, p. 85)

A problematização desse silenciamento é, portanto, não só um ato de resgate historiográfico, mas também uma condição ética e política para a construção de subjetividades mais críticas e plurais na educação brasileira.

A memória literária e a negação das experiências femininas

A memória literária brasileira, longe de se constituir como um inventário neutro de obras e autores, opera como um dispositivo ideológico de seleção, legitimação e esquecimento. A partir da concepção de Pierre Bourdieu (2003), compreende-se que a dominação simbólica não atua apenas impondo hierarquias explícitas, mas naturalizando desigualdades que se tornam quase invisíveis. Como afirma o autor:

A violência simbólica é uma forma suave, insensível, invisível para suas próprias vítimas, exercida essencialmente através dos caminhos puramente simbólicos da comunicação e do conhecimento, ou melhor, do reconhecimento. (Bourdieu, 2003, p. 41)

Esse mecanismo se manifesta com clareza na sistemática exclusão das mulheres autoras do século XIX do cânone literário e dos currículos escolares, consolidando uma representação histórica em que a voz feminina é residual, periférica ou acidental. Tal processo, segundo Bourdieu (2004), está associado às lógicas internas de funcionamento dos campos intelectuais, que se organizam para reproduzir relações de poder e reforçar os privilégios simbólicos de certos grupos. O autor observa que:

Os campos culturais não se limitam a produzir bens simbólicos; eles produzem, antes de tudo, as condições de sua própria legitimação. (Bourdieu, 2004, p. 21)

Assim, a legitimação do discurso literário dominante implicou a recusa sistemática de outras perspectivas e experiências. Essa violência simbólica não é apenas um fenômeno do passado: seus efeitos seguem moldando as subjetividades na educação contemporânea, onde a memória literária permanece marcada por uma seletividade ideológica que exclui as narrativas femininas.

Essa dinâmica se articula com o que Michel Foucault (2000) denomina “regimes de verdade”, mecanismos discursivos que definem quem pode falar, quem detém autoridade para produzir saber e quais enunciados são admitidos como válidos. Nas palavras de Foucault:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discursos que acolhe e faz funcionar como verdadeiros. (Foucault, 2000, p. 319)

A arqueologia do saber proposta por Foucault evidencia que a exclusão de autoras como Nísia Floresta, Maria Firmina dos Reis e Narcisa Amália não se deu por acaso: integrou uma estratégia de poder que silenciou experiências divergentes e limitou o reconhecimento social de outras formas de conhecimento.

Alcmeno Bastos (2007) aprofunda essa discussão ao considerar que a memória literária se organiza como um espaço de disputa simbólica, em que recordar e esquecer não são operações neutras, mas decisões políticas. O autor argumenta que:

A narrativa histórica é sempre uma operação seletiva, onde o esquecimento pode ser tão importante quanto a memória. (Bastos, 2007, p. 42)

Esse esquecimento, ao longo das décadas, cristalizou um imaginário que associa o literário ao masculino, ao branco e ao letrado, relegando as mulheres à condição de exceção. Tal construção simbólica produziu efeitos profundos sobre a formação das subjetividades femininas, reforçando estereótipos e interditando identidades possíveis.

Na mesma direção, Simone de Beauvoir (1970) recorda que a própria ideia de mulher é historicamente produzida e submetida a um regime de inferiorização, como enuncia na célebre frase: “Não se nasce mulher: torna-se.” (Beauvoir, 1970, p. 9)

A construção social da subjetividade feminina inclui, portanto, a negação do direito à autoria e ao reconhecimento. Quando a escola omite as vozes literárias femininas, contribui para reforçar essa condição, consolidando um sujeito universal masculinizado que define os parâmetros de valor e de pertencimento.

Antonio Candido (2011) enfatiza que a literatura não é apenas um bem cultural, mas um direito humano fundamental, pois amplia a sensibilidade e a capacidade de imaginar outros modos de existência. O autor afirma:

A literatura é uma forma de humanização, porque cria para o ser humano uma zona de liberdade interior e lhe amplia a vida. (Candido, 2011, p. 174)

Ao excluir as obras de mulheres autoras do repertório escolar, a educação viola esse direito, restringindo o acesso a experiências sensíveis e à pluralidade de perspectivas. Essa limitação representa uma grave amputação do imaginário coletivo e compromete a formação ética e crítica dos sujeitos.

Nesse sentido, a exclusão das mulheres do cânone literário brasileiro não pode ser compreendida como mero descuido historiográfico. Trata-se de uma estratégia de dominação simbólica profundamente enraizada, que deslegitima a produção intelectual feminina e bloqueia a possibilidade de outras mulheres se reconhecerem como sujeitas de conhecimento.

Articulando essas perspectivas teóricas, compreende-se que a memória literária não é um repositório passivo, mas um campo em disputa, onde se decide quem pode ter voz e quem deve permanecer em silêncio. Reabilitar essas narrativas constitui não apenas um gesto reparador, mas uma ação pedagógica transformadora, que amplia os horizontes éticos e subjetivos da educação contemporânea.

Narrativas e subjetividades: o feminino como experiência marginal

A célebre formulação de Simone de Beauvoir em *O segundo sexo* — “*não se nasce mulher: torna-se*” (BEAUVOIR, 1970, p. 9) — revela um princípio crucial para compreender a construção histórica das subjetividades femininas. Ao afirmar que a condição de mulher não decorre de uma essência natural, mas de processos sociais e simbólicos, Beauvoir ilumina os mecanismos pelos quais a desigualdade se torna estruturante e, muitas vezes, naturalizada. Essa perspectiva é particularmente relevante na análise da história literária e educacional brasileiras, em que a autoria feminina foi reiteradamente tratada como exceção ou anomalia.

No decorrer do século XIX, mulheres que ousaram escrever, pensar e ensinar se viram confrontadas com múltiplas formas de desqualificação simbólica. Suas produções foram frequentemente lidas com desconfiança, quando não com desprezo, precisamente porque desafiavam o lugar que lhes havia sido reservado na ordem social. Como Beauvoir (1970, p. 16) pontua de maneira incisiva: “A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele.”

Essa definição relacional — que subordina o feminino ao olhar e aos valores masculinos — permeou a forma como a crítica literária e os sistemas de ensino selecionaram as vozes dignas de reconhecimento. No espaço escolar, tal dinâmica resultou na consolidação de um sujeito universal masculino, branco e letrado, enquanto as experiências femininas foram relegadas à oralidade, ao doméstico e à invisibilidade.

O exemplo de Nísia Floresta é ilustrativo: sua proposta de uma educação emancipadora para meninas foi obscurecida por discursos pedagógicos masculinos, menos pela ausência de mérito e mais pelo preconceito contra sua autoria feminina. Como destaca Bourdieu (2003), a eficácia da dominação simbólica reside justamente na sua capacidade de parecer evidente e natural:

A dominação simbólica é mais eficaz quando se disfarça sob a aparência da evidência, quando passa a ser percebida como parte da ordem natural das coisas. (Bourdieu, 2003, p. 46)

Essa naturalização da exclusão se estendeu à crítica literária brasileira do século XX, que desempenhou papel decisivo na legitimação de um cânone seletivo. Antonio Candido (2008, p. 14) observa que a literatura não apenas reflete a sociedade, mas também a forma, produzindo efeitos sobre o imaginário coletivo e cristalizando padrões de reconhecimento:

A literatura reflete e forma a sociedade que a produz. Ao mesmo tempo que retrata, incide sobre ela, influenciando nas formas de ver e sentir. (Candido, 2008, p. 14)

Dessa maneira, ao privilegiar escritores que correspondiam ao perfil dominante da elite intelectual, a crítica literária excluiu narrativas que destoavam dos modelos hegemônicos de gênero, classe e raça. A omissão das vozes femininas foi, portanto, parte de um projeto simbólico mais amplo de silenciamento e marginalização.

Nesse contexto, a obra de Alcmeno Bastos (2007) oferece uma contribuição essencial ao discutir a natureza seletiva da narrativa histórica e literária. Segundo o autor:

A narrativa histórica é sempre uma operação seletiva, onde o esquecimento pode ser tão importante quanto a memória. (Bastos, 2007, p. 42)

O silenciamento das autoras que denunciaram a escravidão, o sexismo e a violência — ou que escreveram sobre sensibilidades femininas — consolidou uma memória mutilada, que legitima apenas uma parcela da experiência brasileira. Como resultado, as subjetividades formadas na escola reproduzem uma lógica excludente que reforça desigualdades históricas.

Para romper com esse ciclo de apagamento, é necessário adotar o que se pode chamar de pedagogia da memória e da escuta, uma abordagem comprometida com a recuperação de narrativas marginalizadas e com sua transformação em instrumentos de formação crítica. Joan Scott (1992, p. 85) corrobora essa perspectiva ao afirmar que:

A história das mulheres não é apenas o acréscimo de nomes esquecidos; trata-se de questionar os próprios critérios que organizam o conhecimento. (Scott, 1992, p. 85)

O direito à literatura, como enfatiza Antônio Candido (2011), só será plenamente realizado se abarcar a pluralidade de vozes e experiências que compõem a sociedade brasileira. O autor defende que:

A literatura é uma forma de humanização, porque cria para o ser humano uma zona de liberdade interior e lhe amplia a vida. (Candido, 2011, p. 174)

Nesse sentido, a inclusão de autoras negras, indígenas e de origem popular — como Maria Firmina dos Reis, cuja obra *Úrsula* é pioneira ao articular romance, abolicionismo e protagonismo feminino — não deve ser vista como concessão, mas como reparação histórica e ampliação das possibilidades formativas.

Assim, a memória literária e educacional não é um território neutro, mas um campo de disputa simbólica. Reabilitar essas vozes silenciadas é condição necessária para construir uma educação que reconheça a diversidade de subjetividades e contribua para a formação crítica, democrática e plural.

Considerações finais

Resgatar as narrativas literárias produzidas por mulheres do século XIX não constitui apenas um exercício de recuperação historiográfica: é um gesto político, ético e formativo que visa desestabilizar os mecanismos de exclusão que estruturaram — e ainda

estruturam — a constituição das subjetividades na educação brasileira. Ao longo deste artigo, procurou-se demonstrar que o apagamento dessas autoras não se trata de um desvio acidental da tradição literária, mas de uma consequência sistemática da violência simbólica descrita por Pierre Bourdieu (2003), que atua sob a aparência de neutralidade e universalidade para manter hierarquias históricas de gênero e poder.

Como evidenciado, a ausência dessas vozes nos currículos escolares compromete diretamente o direito à literatura como instrumento de formação ética, crítica e sensível, conforme defende Antonio Candido (2011). O autor nos lembra que:

A literatura é uma necessidade universal porque nasce do desejo de ultrapassar os limites da vida cotidiana. (Candido, 2011, p. 193)

Ao negar o acesso a narrativas femininas, plurais e dissonantes do modelo dominante, a escola priva os estudantes da possibilidade de ampliar seus horizontes de compreensão sobre o mundo e sobre si mesmos.

Simone de Beauvoir (1970) já advertia que a mulher é uma construção social, moldada por discursos e práticas que a mantêm à margem da produção intelectual. A continuidade de um currículo que reitera um sujeito masculino, branco e hegemônico como padrão universal de humanidade revela o quanto essa lógica ainda persiste. Nesse contexto, o silenciamento das subjetividades femininas na literatura escolarizada reforça estruturas que limitam a diversidade de experiências e identidades possíveis no ambiente educacional.

Alcemeo Bastos (2007), por sua vez, nos convida a refletir sobre a memória como campo de disputa simbólica, em que o que se lembra e o que se esquece carrega implicações ideológicas profundas. O autor enfatiza que:

A narrativa histórica é sempre uma construção seletiva, onde o esquecimento pode ser tão importante quanto a memória. (Bastos, 2007, p. 42)

Recuperar as produções de autoras como Maria Firmina dos Reis, Nísia Floresta e Narcisa Amália é, portanto, muito mais do que inserir nomes antes ignorados: é um ato de enfrentamento às estruturas de invisibilização que naturalizam a exclusão e limitam os marcos de referência cultural da formação escolar.

Dessa forma, a valorização dessas vozes não deve ser entendida como concessão, mas como uma exigência epistemológica e política para a democratização dos saberes.

Incorporar suas obras aos currículos escolares é ampliar os espaços de enunciação, diversificar as referências simbólicas e contribuir para a formação de subjetividades mais complexas, críticas e plurais.

Conclui-se, portanto, que uma escola comprometida com a escuta das narrativas historicamente silenciadas não apenas repara uma memória literária mutilada, mas inaugura novas possibilidades de existência, pertencimento e transformação social. Ao reconhecer e valorizar essas autoras, a educação se torna, de fato, um espaço de emancipação — capaz de forjar uma sociedade mais justa, diversa e verdadeiramente democrática.

Referências Bibliográficas

BASTOS, Alcmeno. **Introdução ao romance histórico**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia**

clínica do campo científico. São Paulo: Editora da Unesp, 2004, p. 17-69)

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade. Estudos de teoria e história literária**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008, p. 14 (grifos do autor).

CÂNDIDO, Antônio. **O direito à literatura**. In: Vários escritos. Ouro sobre azul. 2011. p.171-193.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Capítulo 10)

SCOTT, Joan. **“História das Mulheres**. In. BURKER, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.